

Estratégias políticas de um Empreendimento Religioso: a territorialidade da representação política no caso da Igreja Universal do Reino de Deus.

Marcus Vinicius Castro Faria

Mestrado em Geografia pela Universidade Federal Fluminense

Resumo

O crescimento dos grupos evangélicos pentecostais tem sido um dos fenômenos de maior relevância na sociedade e na política no Brasil e em diversos países da América Latina. Além da expansão territorial dos pentecostais, registramos também o esforço que tem sido feito pelas denominações pentecostais com o objetivo de se afirmarem no sistema político brasileiro. Nesse contexto, o pentecostalismo brasileiro tem uma instituição de maior destaque: a Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), que elege parlamentares desde 1986, com expressiva representação parlamentar. Sugerimos que sua inserção, resultados e alcances na política parlamentar brasileira relacionam-se fundamentalmente: ao uso intensivo de mídias e de um discurso que traz para o campo político importantes elementos simbólicos do campo religioso; e ao uso estratégico do território nesse campo de ação. A partir da abordagem política da geografia, da localização e distribuição dos políticos vinculados a IURD, tomando como contexto de estudo o Rio de Janeiro, nosso objetivo é identificar que aspectos do território são considerados relevantes para a efetivação dos objetivos políticos daquela Igreja, possibilitando-nos o conhecimento de parte de suas estratégias territoriais para a obtenção de votos. Outrossim, contribuímos para a discussão da relação entre política e religião no Brasil.

Palavras-chave: Geografia política. Pentecostalismo. Território.

Abstract

The growth of Pentecostal evangelical groups has been one of the most relevant phenomena in society and politics in Brazil and other Latin American countries. Beyond

the Pentecostals' territorial expansion, their effort to be inserted on the Brazilian political system is reported. In this context, the Brazilian Pentecostalism has a prominent institution: the Universal Church of the Kingdom of God (UCKG), which elects politicians since 1986, and has significant parliamentary representation. We suggest that its insertion, results and achievements in Brazilian parliamentary politics are mainly related to: the intensive use of media channels and the speech that brings symbolic religious elements to the political field; and the strategic use of territory in this field of action. Assuming the political approach of geography, the location and distribution of the politicians related to the UCKG and taking as study area the Rio de Janeiro state, our aim is to identify which territory aspects are relevant to concretize the UCKG political objectives, enabling the assessment of part of their territorial strategies for acquiring votes. Moreover, we intend to contribute to the discussion of the relationship between politics and religion in Brazil.

Keywords: Political geography. Pentecostalism. Territory.

Introdução

O crescimento dos grupos evangélicos pentecostais tem sido um dos fenômenos de maior relevância na sociedade e na política não só brasileiras como em diversos países da América Latina¹. Além da expansão territorial e demográfica dos pentecostais, que é notório, deve-se registrar ainda o esforço vigoroso que tem sido feito pelos grupos pentecostais com o objetivo de se afirmarem no sistema político brasileiro².

¹ Além do Brasil, há outros países latino-americanos em que os evangélicos pentecostais se fazem presentes no campo político-eleitoral, como é conhecido o caso da Guatemala (que teve dois presidentes evangélicos com forte orientação pentecostal), do Peru, do Equador, Venezuela, Nicarágua e El Salvador (países em que há partidos políticos evangélicos).

² Objeto de fiscalização da mídia, a atuação desses religiosos na política partidária tem contribuído para piorar sua imagem. São vários os casos de malversação de dinheiro público e de atitudes antiéticas e fisiológicas. A maioria dos escândalos envolve parlamentares da Assembleia de Deus, a maior e mais antiga igreja pentecostal do Brasil (1911). Registramos que o problema ético envolvendo lideranças evangélicas e dinheiro não é prerrogativa de nenhuma vertente ou igreja pentecostal específica. MARIANO, Ricardo. **Neopentecostais: sociologia do novo pentecostalismo brasileiro**. São Paulo: Loyola, 1999, 182)

Nesse contexto, uma instituição brasileira em particular tem ocupado posição de destaque pela amplitude do seu alcance, a saber, a Igreja Universal do Reino de Deus (IURD). Atualmente, a instituição mais representativa e bem sucedida desse movimento religioso mais amplo de crescimento vigoroso dos evangélicos e o mais impactante fenômeno religioso ocorrido no Brasil nas últimas décadas. Em 2005 registra-se a criação de um novo partido fortemente ligado aos seus interesses, o Partido Republicano Brasileiro, num período que a IURD já tinha como principal representante parlamentar o senador (Estado do Rio de Janeiro) Marcello Crivella (2003), bispo licenciado da IURD e ministro da pesca e aquicultura do Brasil no Governo Dilma Rousseff (2011); e atual candidato para governador do Estado do Rio de Janeiro (2014).

Essa denominação religiosa desperta atenção, especialmente, por suas relações, nada convencionais, com a religiosidade – transmutada em condição de reprodução de suas práticas para além do meramente religioso, mas, em seus desdobramentos, suas articulações com o domínio do político, do econômico, do territorial, do comunicacional. A IURD, nosso objeto central de investigação nesse estudo, tem sido extensamente debatida e pesquisada por diversas áreas do conhecimento, não apenas pelo seu crescimento e difusão dos seus templos – inaugurada em 1977 no Rio de Janeiro e, atualmente, presente em aproximadamente 200 países - mas, sobretudo, pela inauguração de práticas incomuns que transpõem o campo do sagrado, se desdobram e se inscrevem em outras ordens.

Destacamos, de saída, a ideia registrada pelo sociólogo brasileiro, importante estudioso do pentecostalismo, Ricardo Mariano (1999: 119) sobre a capacidade da IURD,

arrecadar mais que as igrejas concorrentes não assegura necessariamente que a Universal angarie taxas de crescimento denominacional bem acima da média pentecostal. Para obtê-la, a Universal investe majoritariamente o montante doado pelos fiéis no evangelismo eletrônico, na aquisição de novos locais de culto, no custeio de um enorme contingente de pastores trabalhando *full time*, na atividade missionária e de divulgação. A ampliação de sua presença geográfica no Brasil e no exterior e de seu número de pontos de pregação, de congregações e templos é fundamental para dilatar a recepção de sua oferta religiosa pelo público e, com isso, atrair maior proporção de virtuais adeptos ou criar novas clientelas para “consumir” seus serviços mágico-

religiosos³.

A partir da compreensão da evolução e alcance das ações - para além do religioso, mas, agora, em seus desdobramentos, suas articulações com outros domínios (político, econômico, comunicacional) - supomos o grau de racionalização das iniciativas que passam a ser coordenadas pela instituição em questão. Essas ações entendidas como “um conjunto de atos consecutivos dotado de propósitos, ou seja, supondo ambições de longo prazo” (MAGDALENO, 2010: 83)⁴, compreendem rigorosamente o que denominamos de estratégias territoriais.

Destacamos, neste conjunto, a estratégia de poder político que explicita, particularmente, a inserção da IURD na esfera político-eleitoral brasileira. Desse modo, compreendemos que esta ação estratégica é fundamental recorrer a alguns de seus interesses, seus objetivos e efeitos que promove em diferentes perspectivas, no campo institucional, territorial e religioso, como a obtenção de votos e a garantia de redutos eleitorais e concessões públicas de rádio e TV. Partimos, assim, da ideia de que se trata de uma instituição religiosa que se insere na política (e não um partido político que se coliga a uma igreja). Isto é, verificar como a ação política (de base religiosa) se articula com os outros domínios é imprescindível para interpretar a sua racionalização.

Regina Novaes⁵ (2005) observa o contexto nacional inicial e os efeitos deste processo de conversões religiosas, que mudam a vida privada e chegam ao espaço político;

a visibilidade dos evangélicos na política aconteceu pós-ditadura militar, chegou junto com a reformulação da Constituição Brasileira (1988). Evangélicos de denominações diferentes uniram esforços para que a nova Constituição não privilegiasse os católicos no que tange ao calendário, ao uso dos espaços públicos e à legislação que regula a

³ MARIANO, Ricardo. **Neopentecostais: sociologia do novo pentecostalismo brasileiro**. São Paulo: Loyola, 1999.

⁴ MAGDALENO, Fabiano. **A territorialidade da representação política: vínculos territoriais de compromisso dos deputados fluminenses**. São Paulo: Annablume, 2010.

⁵ NOVAES, Regina. **Milagres da multiplicação de votos**. Le Monde Diplomatique, São Paulo: Instituto Pólis, 01 abr. 2005. Disponível em: <<http://diplomatique.uol.com.br/acervo.php?id=12478PHPSESSID=07eee19834ea2d3082d06e11054569f3>>. Acesso em: 06 dez. 2010.

filantropia. Na ocasião, elegeram 32 deputados federais que - a partir de um espectro amplo de diferentes Partidos Políticos - formaram a “bancada evangélica”. Na legislatura de 1990 tiveram menor êxito, mas nas seguintes viram crescer seus congressistas. Em 1998 foram eleitos 43 parlamentares evangélicos, só a Igreja Universal do Reino de Deus elegeu 15 representantes federais, além de 26 deputados estaduais em 17 estados e no Distrito Federal chegando hoje [2005] a 62 deputados federais, 18 deles da Igreja Universal do Reino de Deus. A chamada “bancada evangélica” não tem unidade partidária ou ideológica, ela tem funcionado para votar questões corporativas, isto é, consideradas “de interesse evangélico” em um país de cultura católica, ou questões morais (aborto e casamento de homossexuais, principalmente) momento este em que se aliam com uma parte de deputados católicos ou espíritas Kardecista.

Devemos superar o mal entendido que permanece na classificação de uma “bancada evangélica” no Congresso, contestada por muitos pesquisadores, uma vez que não existe uma agenda compartilhada e pelas muitas denominações que formam este grupo heterogêneo e diverso. Da participação da IURD no Parlamento, e da relação com seus supostos correligionários, Ari Pedro Oro⁶ (2003: 286) observa que essa

importante presença de representantes da IURD no Congresso Nacional contribuiu substancialmente para a formação, na legislatura 1998-2002, de uma ‘bancada evangélica’ composta de 53 deputados ligados a treze igrejas (*Revista Época*, 2/10/2000), e a partir de 2003, de uma ‘bancada evangélica de deputados federais eleitos de pelo menos sessenta parlamentares, donos de 5,1 milhão de votos’ segundo a *Folha de S. Paulo* (edição de 10/10/2002).

No entanto, embora essa bancada represente cerca de 12% do conjunto de parlamentares em Brasília, ela não é portadora de uma coesão política no Congresso Nacional. Segundo A. Brasil Fonseca, tal união somente ocorreu em assuntos ligados à moral, como a discussão em torno do aborto e da união civil dos homossexuais. Por isso mesmo Fonseca é de parecer que ‘uma análise do comportamento do congressista evangélico mostra que esta ‘bancada’ [evangélica] é um mito (FONSECA, 2002)’.

⁶ ORO, Ari.; CORTEN, André; DOZON, Jean-Pierre (orgs.). **Igreja Universal do reino de Deus: os novos conquistadores da fé**, São Paulo: Paulinas, 2003.

A Igreja Universal do Reino de Deus e o a política

Exatamente o mesmo dinamismo empreendedor e racional aplicado exitosamente nas áreas econômica, religiosa e midiática esta igreja revela também no campo político. Desde o primeiro esforço, nos anos 1980, sua progressão foi constante.

A Universal elegeu um deputado federal em 1986 (para o Congresso Constituinte). Em 1990, conseguiu eleger quatro deputados federais e três estaduais. Em 1994, elegeu seis deputados federais e seis estaduais, dobrando o número de representantes no Congresso Nacional e nas Assembléias Legislativas. Em todos esses pleitos, seus representantes elegeram-se no Rio de Janeiro, São Paulo e Bahia. Em 1998, ampliou enormemente sua representação política: elegeu dezessete deputados federais (sendo catorze pastores egressos da própria Igreja de várias unidades federativas e três deputados apoiados pela Igreja) e vinte e seis estaduais em dezesseis Estados e no Distrito Federal (MARIANO, 1999: 92), e dezenas de vereadores em 2000. Elegeu, ainda vinte e dois deputados federais em 2002 e dezenove deputados estaduais, representantes de dez Estados da Federação; ano em que também conquistou uma vaga no Senado, com Marcelo Crivella (PL-RJ), que se candidatou à prefeitura do Rio de Janeiro em 2004 ao Governo do Estado (pelo PRB); além de contar com dezenas de vereadores e deputados estaduais espalhados pelo país⁷.

Ao interpretar a visibilidade e publicidade alcançada pela IURD, Oro⁸ (2003: 281) sugere que

no Brasil, por ocasião das eleições de 2002, a Igreja Universal esteve mais em evidência do que qualquer outra igreja ou religião. Neste sentido foram marcantes: a) a aliança realizada entre o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido Liberal (PL), esta última sigla partidária em parte associada àquela igreja; b) a eleição ao senado da República pelo Rio de Janeiro, com mais de 3 milhões de votos, do bispo da IURD Marcelo Crivella, sobrinho de Edir Macedo, tendo derrotado políticos tradicionais como Arthur da Távora e Leonel Brizola, além do pastor Manoel Ferreira, Da Assembléia de Deus; e

⁷ MACHADO, Maria das Dores. **Política e Religião: a participação dos evangélicos nas eleições**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

⁸ ORO, Ari.; CORTEN, André; DOZON, Jean-Pierre (orgs.). **Igreja Universal do reino de Deus: os novos conquistadores da fé**, São Paulo: Paulinas, 2003.

c) a liderança exercida pelo deputado federal bispo Carlos Rodrigues, também da Universal, por ocasião do segundo turno das eleições presidenciais, como articulador do Bloco Evangélico Pró-Lula para angariar adesões de evangélicos ao candidato do PT a presidente, Luiz Inácio Lula da Silva.

Esta ofensiva evangélica modificou o dissimulado padrão anterior através do qual se fazia política dentro das Igrejas e deu outro tom à controvérsia sobre as misturas entre religião e política⁹. O que é preciso compreender é a própria realidade desse tipo de poder que está na interface religioso/político, isto é, uma instituição com enorme força organizadora dona de toda verdade universal, que comanda, sacraliza e politiza, explicitando uma utilização partidária e ideológica. Nesse sentido, o uso político do discurso religioso joga um papel central, como o exemplo emblemático do *slogan* “irmão vota em irmão”. O político e o religioso, dessa forma, co-fundem-se, confundem-se e tornam-se confusos.

Consideramos, assim, imprescindível a relação dialógica que existe entre as duas noções para admitir dois processos complementares, concorrentes e antagônicos, qual seja: o de politizar a religião e sacralizar a política.

Ao perceber o incômodo que permeava a discussão - binária e simplificadora - sobre política e religião, quando do ano de 2004, Regina Novaes (2005) recupera que

religião e política não se misturam! Esta foi uma das frases mais ouvidas durante as eleições municipais de 2004 no Brasil. Esteve muitas vezes na boca de autoridades religiosas e de candidatos de todas as religiões. Vejam algumas manchetes de muitas edições de jornais e revistas das duas maiores cidades brasileiras, São Paulo e Rio de Janeiro: “*Evangelho segundo os políticos*” (Revista Veja, junho, 2004); “*Política em cena com Pastor*” (Jornal O Dia, 27 de agosto de 2004); “*César: Conde e Crivella usam o nome de Deus pra manter eleitor cativo*” (IG 26/8/2004); “*Infame Mistura no Púlpito Evangélico*” (O Globo 18/08/2004); “*Não misturo Religião com Política diz Crivella*” (Jornal do Brasil 24 de setembro de 2004); “*Guerra por votos Evangélicos*” (O Dia, 11 de outubro de 2004); “*Bittar condena mistura de religião com política*” (O Dia, 11 de

⁹ Ari Pedro Oro (2003: 302) observa que, “como nas eleições de 2002, raramente na história republicana brasileira houve uma aproximação tão explícita entre política e religião, um interesse tão declarado e aberto, mesmo para as eleições majoritárias a presidente da República, pelos votos evangélicos. Isso quer dizer que os candidatos e os partidos estão se dando conta de que os evangélicos constituem hoje uma importante força política, podendo até decidir uma eleição.”

setembro de 2004); “*Guerra Santa na Baixada*” (O Globo, 11 de outubro de 2004).

Seja como for, se no campo religioso o avanço político da IURD não passa despercebido, o mesmo ocorre no campo político, que também não se mostra alheio à força política que detém hoje a Universal, em particular, e os evangélicos em geral, na vida pública brasileira. Ao empreender forte conquista dos votos de seu fiéis, a IURD consegue dar um sentido religioso ao voto, ao mesmo tempo que atribui um sentido cívico à religião.

Evidentemente, o exercício do poder político não se dá de forma opressiva. Sua legitimação (...) ocorre mediante a mobilização de vários elementos práticos e simbólicos. Por um lado, a IURD faz uso de sua bem montada rede midiática, impressa e eletrônica, bem como de sua rede assistencialista, cujo fortalecimento ocorreu em 1994, com a criação da Associação Beneficente Cristã (ABC), entidade que concentra a ação social e mantém diversos projetos assistenciais da Igreja [tais obras assistencialistas permitem às igrejas se constituírem um base eleitoral]. Por outro lado, a IURD também traz para o campo político e para a construção da sua representação política elementos doutrinários e discursivo presentes em sua cosmovisão religiosa, reproduzindo, assim, um procedimento comum aos evangélicos de ‘religionizar’ o político.

Em primeiro lugar, a IURD aciona o princípio milenarista que se expressa, por exemplo, nesta frase do bispo Rodrigues: faz-se necessária ‘uma grande reforma espiritual na vida do povo brasileiro’ (Rodrigues, 1998, p. 27), da qual podem resultar uma nova moral pública e uma nova ética na política. (ORO, 2003: 292)

Também, no mesmo trabalho, o autor sugere que

a construção de uma outra sociedade e de uma outra política subentende a vitória na guerra espiritual em que a Igreja está implicada. Ou seja, a IURD, mas não só ela, apela diretamente para o discurso das ‘forças invisíveis’ atuando no política. “(...) ‘Não votem nos políticos que estão a serviço do Satanás, que não querem que a obra de Deus prospere’, disse o bispo d Universal que presidiu o culto das 10 horas do domingo, 22 de setembro de 2002, em Porto Alegre. (ORO, 2003: 293)

Percebe-se como, em termos religiosos, a Igreja Universal (mas não apenas ela) instrumentaliza um discurso que recorre ao eterno e incansável embate entre Deus e o

diabo.

Um aspecto que garante o bom êxito da relação política/religião reside na função do cargo eclesiástico em conjunção ao cargo político, que define uma ponte com o eleitorado de legitimidade; ao apresentar a ideia de um “homem honesto” como resultado de “uma autoridade do sagrado”. É interessante acrescentar, sobre uma certa moralidade que predomina na seleção dos candidatos políticos, que

de uma forma simples, podem ser apontados como critérios básicos para as escolhas dos eleitores não somente características ideológico-partidárias ligadas à proximidade da plataforma partidária de suas próprias preferências, como também o grau de confiança que eles têm no candidato, concretizado na percepção relativa a fatores não-políticos e menos objetivos, tais como a honestidade, integridade e competência para o exercício do cargo”. (MAGDALENO, 2010: 94)

Outro aspecto fundamental, que tem assegurado o êxito dessa ação estratégica é o poder institucional centralizado, que ganha notoriedade a partir dos anos 1990. O polo institucional se organiza em uma estrutura eclesial centralizada e não participativa que prevalece na Igreja, “reconhecida como tal pelo próprio bispo Rodrigues, quando diz: ‘Nossa força é que temos uma hierarquia, há uma hierarquia que é seguida á risca...’ (Jornal do Brasil, 29/10/2001), o que implica dizer que o poder da instituição prevalece sobre o dos indivíduos, sejam eles simples fieis ou pastores” (ORO, 2003: 291). Ou seja, os pastores eleitos através da IURD não seriam donos de seus mandatos, mas estariam sob a tutela da Igreja.

Esse fator é destacado por Mariano (1999: 126) como fundamental para compreender a exitosa projeção da IURD,

como fator de expansão denominacional, o governo verticalizado e centralizado da Universal, com efeito, é tão ou mais importante que a decantada competência religiosa, gerencial e empresarial de sua liderança eclesiástica. Nesse sentido, cumpre destacar que o governo episcopal tal como exercido pela igreja reforça a unidade e a coesão denominacional, dinamiza o processo decisório, agiliza a transmissão das ordens superiores e a realização dos trabalhos administrativos, organizacionais e de evangelismo, permite centralizar a administração dos recursos coletados e fazer investimentos caros e estratégicos, como a abertura de novas congregações e frentes de evangelização, a construção de templos de grande porte, a compra de emissoras de rádio

e TV, a criação de gravadoras, de editoras e de outros empreendimentos.

Investigamos que a maneira como procede a IURD para promover resultados no campo político resulta de algumas estratégias postas em prática sobretudo a partir do ano de 1997. Esse período aponta uma ruptura e inicia a implantação, em escala nacional, de um

modelo corporativo da ‘candidatura oficial’, cujo número de candidatos para os distintos cargos eleitorais depende do capital eleitoral de que dispõe. Para sabê-lo, realiza, antes das eleições, uma campanha para os jovens de 16 anos obterem seu título eleitoral e efetuam uma espécie de ‘recenseamento’ dos membros/fiéis no qual figuram seus dados eleitorais. Tais dados são apresentados aos bispos regionais, que, por sua vez, os transmitem ao bispo Rodrigues e, juntos, deliberam quantos candidatos lançam em cada município ou Estado, dependendo do tipo de eleição, baseados no quociente eleitoral dos partidos e no número de eleitores recenseados pelas igrejas locais. (ORO, 2003: 288)

No mesmo sentido, a contribuição de Mariano (1999: 98) sobre a prática do cadastramento mencionado, acrescenta ainda que a

ficha cadastral perguntava o número do título de eleitor do fiel, sua cidade, zona e seção eleitorais. De posse desses dados, a igreja pode definir, com maior precisão, o número de votos de que (teoricamente) dispõe, sua distribuição por bairros, cidades e Estados, assim como pode avaliar, com maior margem de segurança, quantos candidatos pode lançar e eleger em determinada região. E, passadas as eleições, pode verificar as regiões em que os fiéis apresentaram maior fidelidade eleitoral.

A cada disputa eleitoral o conselho de bispos¹⁰ da IURD define os candidatos oficiais da Igreja num “processo seletivo em que a fidelidade à liderança da denominação e aos interesses da comunidade iurdiana são os critérios decisivos”.

¹⁰ O Conselho de Bispos da Igreja refere-se a uma cúpula da igreja, ou seja, uma organização centralizada que estabelece arbitrariamente suas “candidaturas oficiais”, define as candidaturas e a distribuição das mesmas por regiões, e exerce uma forte pressão para direcionar o voto dos fiéis a seu favor. Reúnem-se para “definir o número de candidatos, a pauta política, os prováveis candidatos e as regiões geográficas onde cada nome será trabalhado” (MACHADO, 2006 apud BRAGA, 2008: 6). BRAGA, Danilo. *Pentecostalismo e Política: uma geografia eleitoral dos políticos ligados à Igreja Universal do Reino de Deus no município do Rio de Janeiro – 2000 a 2006*. Rio de Janeiro, 2008. 125f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – PPGG, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008, 6.

(ORO, 2003: 288)

Uma vez lançados os candidatos, passam a utilizar os cultos, as concentrações massivas e a mídia própria (televisão, rádio, jornal) – segundo a legislação eleitoral – para fazer publicidade sobre eles. Durante as eleições, os templos exibem faixas com o nome e número dos candidatos oficiais da igreja. Pastores e bispos pedem abertamente votos para eles do alto do púlpito. Obreiros distribuem “santinhos”. Suas emissoras de rádio e TV fazem propaganda eleitoral, convidando seus candidatos, por exemplo, para participar de entrevistas em programas “jornalísticos”.

Isto posto, percebe-se claramente que na instituição não é candidato a qualquer cargo eletivo quem quer ou qualquer um, mas aquele que “é escolhido pela cúpula dirigente da Igreja, e o reconhecimento social que recebem, mediante a votação dos fiéis, ocorre sobretudo por serem apoiados pela instituição religiosa, mais do que por suas próprias qualidades pessoais.” (ORO, 2003: 284)

Sabe-se que a indicação de candidatos por parte dos pastores pentecostais resulta, normalmente, em votações maciças dos fiéis em tais políticos, atitude que é estrategicamente valorizada pelos dirigentes dessas igrejas – dado que o voto religioso é, também, mais barato. Os pastores ao levarem os seus fiéis a votarem disciplinadamente nos candidatos por eles indicados, reproduzem - no meio urbano¹¹ – as práticas dos *coronéis* do interior do país, que através dos *currais eleitorais*, determinam em quem os eleitores devem votar.

Outrossim, não se pode perder de vista um aspecto essencial, que reforça a ideia de interdependência e entrelaçamento das diferentes ações estratégicas, que atribui o núcleo das decisões políticas desta instituição à preocupação com as concessões de rádio e TV. Nesta lógica, a partir da inserção no sistema de representação política nacional, de políticos vinculados aos interesses da IURD aumenta-se consideravelmente a possibilidade de obtenção de concessões públicas de rádio e TV, que, por sua vez, irão orientar/auxiliar em: a) transmitir a programação da IURD, o que garante maior extensão do alcance de suas mensagens (o evangelismo eletrônico); b) expandir seu mecanismo de defesa institucional no espaço público (extra-templo); c) assessorar as campanhas políticas dos seus candidatos oficiais e; d) reforçar a expansão de virtuais

¹¹ JACOB, Cesar (Org.). **Religião e sociedade em capitais brasileiras**. Rio: PUC; São Paulo: Loyola, 2006.

adeptos, e (potencialmente) futuros eleitores/clientes/consumidores/fiéis. Ou seja, a posse desses meios de comunicação de massa viabiliza o aumento de sua visibilidade, sua legitimidade e divulgação religiosa-institucional; o que nos permite ampliar a compreensão dos interesses envolvidos e a importância capital que esta instituição projeta nesta estratégia particular. Concomitantemente, de forma recursiva, o sucesso eleitoral alcançado por esta igreja, até o presente momento, relaciona-se à sua indispensável associação ao uso extensivo e intensivo da mídia¹².

Por fim, consideraremos outro aspecto que compõe esta estratégia político-eleitoral, a saber, a expressão territorial do jogo eleitoral. Ou seja, reconhecer que a representação política tem uma natureza territorial, uma vez que o exercício do poder político não pode prescindir da base territorial. (MAGDALENO, 2010: 206)

É nesse sentido que Castro¹³ (2009: 171) aponta para o fato de não se poder “representar cidadãos sem se representar ao mesmo tempo o lugar que habitam, com suas histórias, suas atividades e suas preferências”.

Desse modo, dizemos tratar-se de estratégias políticas de caráter territorial, isto é, estratégias político-territoriais (MAGDALENO, 2010: 106). Esta consideração é necessária para compreender um dos efeitos que esta estratégia promove: a criação e ampliação de territórios político-eleitorais.

Partimos, assim, do pressuposto de que existe uma lógica territorial explícita na representação política, o que nos assegura trabalhar com a ideia de um binômio representação política – território (MAGDALENO, 2010). Há, ao mesmo tempo, que reconhecer a dimensão eleitoral presente no território.

A relação entre os dois termos deste binômio - a representação política necessariamente associada aos fatores e forças de caráter territorial - é evidenciado no

¹² Carlos Alberto Rodrigues, o bispo Rodrigues foi um dos principais líderes dessa bancada no Congresso Nacional, além deputado federal e coordenador da área política da IURD. “Eleito em 1998 pelo Rio de Janeiro pela legenda do PFL com 76 mil votos, foi reeleito no último pleito [2002] com 192.640 votos, tendo obtido a quarta maior votação no conjunto dos candidatos à Câmara Federal do Rio de Janeiro. Bispo Rodrigues é hoje o vice-líder do partido liberal (PL) na Câmara Federal. Esse bispo fundou a Igreja Universal na Argentina e na Espanha e trabalhou em Portugal, Angola, África do Sul e Moçambique, antes de se dedicar, em 1996, integralmente, à tarefa de coordenador político da Igreja. Conrado atribui o sucesso eleitoral da IURD, entre outros fatores, à liderança desse bispo que desde a campanha presidencial de 1989 coordena candidaturas, define estratégias políticas da IURD, e, na Câmara Federal, conduz a ação política dos parlamentares nas questões que interessam à Igreja.” (ORO, 2003: 286)

¹³ CASTRO, Iná. **Geografia e política: território, escalas de ação e instituições**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

estudo elaborado por Magdaleno (2010: 25), “levando-se em conta que a representação política institucionalizada, além de possuir laços territoriais, funda territórios políticos, supõe-se que haveria um movimento de influência mútua entre a prática da representação política e o território político por ela criado”.

Dessa forma, percebem-se como a elucidação desta estratégia nos remete às relações complementares e interdependentes entre território e política. A atração entre os dois conceitos se manifesta, dentre outras formas, nas noções nucleares compartilhadas pelos dois conceitos, como controle, limite, conflito, as relações sociais e de poder.

Recuperamos que o sentido primeiro de política é, segundo os gregos, a arte de definir limites.

“Afinal, a palavra *polis* significa muro,” limite, e indicava o muro, o limite que separava a cidade do campo. Só depois a palavra *polis* passou a designar o que estava contido entre os muros, delimitado entre eles. Todavia, a palavra *política*, derivada de *polis*, continua a conter esta dimensão de limite, como arte de defini-los”. (HAESBAERT; PORTO-GONÇALVES, 2006: 122)¹⁴

O território compreendido, também, como uma arena de interesses, e tendo a política como o modo institucionalizado ou não de controlar e gerenciar conflitos de interesses entre os diferentes, apontam para as possibilidades e potencialidades de aproximação entre os dois termos.

Então, o território não é um recurso passivo, um palco para os atores sociais, mas um fator estruturador que deve ser considerado na prática da representação política, uma vez que os territórios políticos, ou seja, aqueles definidos pela e para a ação parlamentar, tornam-se eles mesmos também agentes estruturadores das ações dos representantes políticos. (MAGDALENO, 2010: 17)

Como desdobramento lógico, para o exercício do poder político pressupõe-se um conjunto de práticas por parte dos representantes no sentido de controlar determinadas porções do espaço, isto é, territórios. Diante da importância do território na forma como se processa a representação política, Magdaleno (2010: 100) acrescenta que

a inserção da perspectiva territorial na estratégia de ação política se torna tão legítima

¹⁴ HAESBAERT, Rogério; PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. *A nova desordem mundial*. São Paulo: Unesp, 2006.

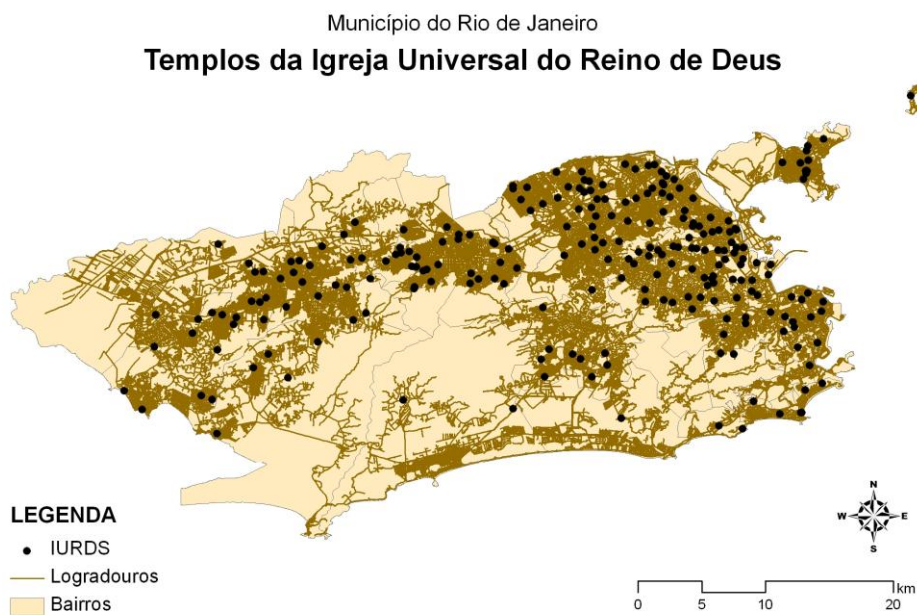
quanto necessária para o exercício correto das funções representativas, tanto no sentido da busca do representante em se manter na classe política, quanto no sentido do atendimento das demandas sociais.

Isto posto, partimos para a consideração de como a IURD se inscreve nesse componente, a partir de algumas considerações sobre seus territórios políticos. O território político, aqui, é entendido como “uma determinada porção da superfície terrestre que se configura em alvo de apropriação simbólica e efetiva realizada por um ator político institucionalizado, o representante político”. (MAGDALENO, 2010: 57)

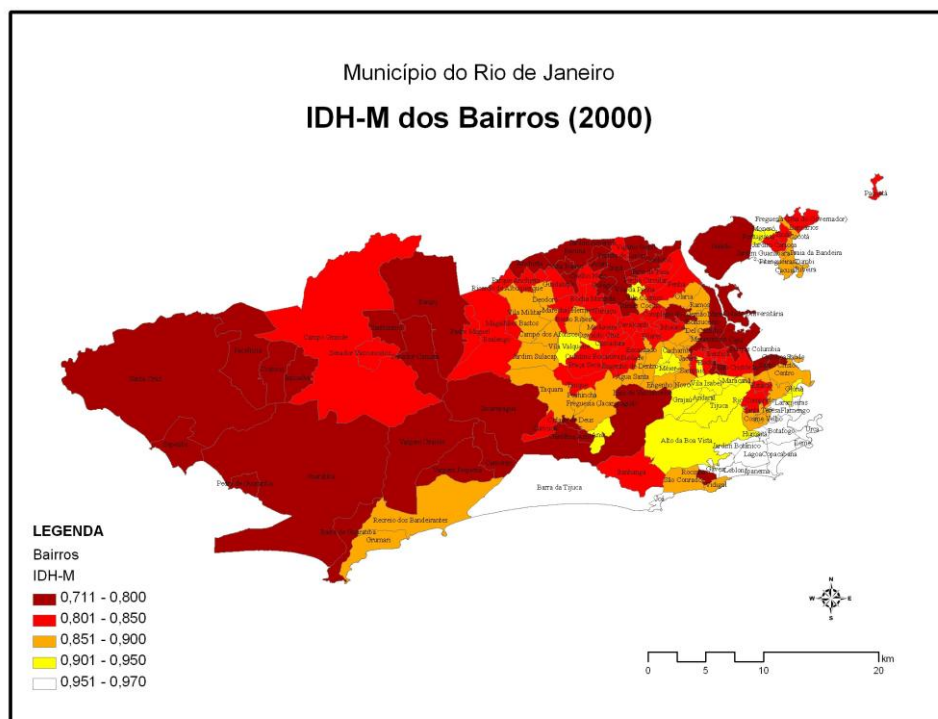
Registramos, primeiramente, que a grande ocorrência eleitoral da IURD verifica-se sobretudo em espaços metropolitanos – rigorosamente os contextos urbanos que são os alvos preferenciais, tanto simbólicos quanto efetivos, onde a Igreja concentra suas múltiplas ações estratégicas.

Nesse contexto, o estudo de geografia eleitoral dos candidatos ligado à IURD no município do Rio de Janeiro, elaborado por Braga¹⁵ (2008), revela que os resultados obtidos de fato sugerem uma divisão muito bem definida da atuação dos candidatos pelo território, existindo pouca interseção de redutos eleitorais entre candidatos concorrendo a mesmos cargos. Desse modo, o autor conclui que “há, de fato, uma definição *a priori* da cúpula da IURD quanto à distribuição territorial de seus políticos”. (BRAGA, 2008: 70).

¹⁵ BRAGA, Danilo. *Pentecostalismo e Política: uma geografia eleitoral dos políticos ligados à Igreja Universal do Reino de Deus no município do Rio de Janeiro – 2000 a 2006*. Rio de Janeiro, 2008. 125f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – PPGG, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.



Fonte: BRAGA, D. (2008:48)



Fonte: BRAGA, D. (2008:57)

Este autor identifica os territórios políticos da Igreja a partir da distribuição

espacial dos votos recebidos pelos deputados eleitos, e conclui que a definição desses territórios coincide “com áreas de menor IDH e com alta concentração de templos” (BRAGA, 2008: 101). Depreende-se, assim, que a equação baixo desenvolvimento social + alta quantidade de templos = bom desempenho eleitoral, é verdadeira para a IURD (BRAGA, 2008: 102); e evidencia-nos a relação direta entre a presença da Igreja e o direcionamento de seus votos.

Uma das formas de perceber como o território participa ativamente da estrutura dentro da qual está inserida a representação política e, por meio das forças estruturadoras, influencia as ações desempenhadas pelo representante, é observar o tipo de ações que são empreendidas – o que expressamos como a territorialidade da representação política.

Em relação a essas práticas, “independente da curta história e de dados que comprovem os impactos das iniciativas sociais, é indiscutível a projeção alcançada pela Universal do Reino de Deus diante dos outros grupos”. (ORO, 2003: 304) Na esteira dessas ações, acompanha um cuidado sistemático da liderança da denominação na divulgação e enaltecimento de suas obras assistenciais, desdobrado e transmutado em mecanismo de legitimação para o grupo.

Na trajetória de atuação da IURD, ocorreram diversas mudanças referentes à natureza das práticas sociais do grupo em momentos distintos: inicialmente as práticas se mostravam tímidas e de caráter mais tradicional, desenvolvidas principalmente em São Paulo e Rio de Janeiro, como visitas em hospitais e presídios para distribuição de material de higiene e remédios e cursos de alfabetização de adultos no templos¹⁶; até uma política de assistência mais ousada, como, em 1999, a elaboração e implementação do Projeto Nordeste, estendendo sua abrangência e inserindo o meio rural nordestino em seu raio de atuação. “E aqui, é bom que se lembre, são preferencialmente os pastores e obreiros que assumem essas práticas sociais como uma extensão do trabalho pastoral e do compromisso com a Igreja”. (ORO, 2003: 306)

Mais adiante, ao observar esta característica, Oro (2003: 310) sublinha que “o

¹⁶ Como emblema do resultado exitoso garantido por esta estratégia, o estudo de Maria das Dores Campos Machado, *Política e Religião: a participação dos evangélicos nas eleições* (2006) demonstrou como o uso midiático dessa iniciativa consubstanciou com outras estratégias eleitorais (comícios nos templos e participação dos fiéis como cabos eleitorais) na eleição ao Senado de Marcelo Crivella, no ano de 2000, derrotando figuras tradicionais da política fluminense como Leonel Brizola e Artur da Távola;

caráter emergencial de suas ações e a ênfase nos objetivos humanitários das campanhas favoreceram a participação de diferentes setores sociais e deram uma certa legitimidade às iniciativas da IURD junto à população”; e servem também para atestar a capacidade de mobilização da Igreja. Algumas iniciativas, inclusive, aparecem associadas em parceria com o Estado¹⁷.

Conclusão

Os movimentos evangélicos, com suas diversas formas, ganharam espaço nos cenários político, religioso, midiático, econômico no atual contexto brasileiro, mas, também latino-americano e africano, delineando um questionamento acerca da construção de novas hegemonias no campo religioso, sinalizando a constituição de um mercado religioso desregulado, em que coexistem diversas maneiras de aproximação da fé.

Desse modo, contemplamos nosso propósito de desvelar um ambicioso projeto de poder da Igreja Universal do Reino de Deus que recorre a diversos recursos de poder e empreende diferentes estratégias que viabilizam a afirmação desse projeto que envolve, inclusive, a ocupação e conquista de postos de poder nos setores público (nos diferentes níveis parlamentares) e privado (mídias). No mesmo sentido, demonstramos o papel que ocupa o território como recusa chave, integrador das estratégias conduzidas em múltiplas escalas geográficas, dando conta de reconhecer os diferentes segmentos e pontos do espaço que esta instituição prioriza estar presente, a partir da sua ambicionada escala de alcance, *universal*.

Advogamos tratar-se de um resultado de múltiplas práticas que mobilizam variados recursos complementares, que fizemos notar a partir da noção de interdependência entre as estratégias distintas, porém comunicantes, que se consubstanciam em um sistema complexo de estratégias. Tornamo-nos, assim, capacitados para compreender a impressionante eficácia da projeção desse fenômeno cujos negócios convergem para um único fim: o recrutamento de féis-clientes-

¹⁷ São exemplos dessa parceria, as campanhas de planejamento familiar desenvolvidas nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro em 1996 (Machado e Fernandes, 1998). Em São Paulo, o apoio a Paulo Maluf e, posteriormente, a Celso Pitta resultou num maior espaço à entidade beneficente da IURD e no desenvolvimento de parcerias em vários projetos sociais. (ORO, 2003: 312)

consumidores-eleitores. Uma construtora de templos, nos quais são recolhidas as ofertas e doações, que são depositadas no banco, para financiamento da editora, rádio e televisão, que, por sua vez, tem a função de evangelizar novas pessoas, que necessitam de mais templos... Em suma, uma crescente retroalimentação entre a política, a mídia e o empreendimento comercial, cujo princípio-motor é o agenciamento e a adesão de novas pessoas.

